

Estado de São Paulo Leia-se em Sessão.

- Cóplas aos Edis.
- As comissões.

biúna 06 16

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI № 051/2023.

Ibiúna, 29 de junho de 2023.

**Senhor Presidente** 

Tenho a honra de por intermédio de Vossa Excelência, encaminhar à consideração da Nobre Câmara Municipal a presente Proposição, que "Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, e dá outras providências".

Com efeito, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e sustentável é um órgão de caráter deliberativo e de assessoramento da Política de Desenvolvimento Rural do Município. Os seus membros são formados por representantes do Poder Público, de entidades civis e rurais, estabelecem as ações desejadas para implantação na zona rural, de modo que estas possam contribuir para o aumento da produção agropecuária, geração de emprego/renda e melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

Registre-se que, a participação efetiva dos representantes dos agricultores constitui-se em mecanismo de participação comunitária, pois permite à sociedade um maior poder de influir na politica rural municipal.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável vai estabelecer diretrizes e prioridades para as politicas públicas de desenvolvimento sustentável em nosso Município, com foco em políticas ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis.

Desde já antecipo agradecimentos pela atenção dispensada renovando protestos de elevada estima e distinta consideração.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei n.º....

PÁULO KENJI SASAKI **Prefeito Municipal** 

Recebido em Øde 07 de 1023

Prazo Venc. em

Recebio por

EXMO SR

ANTONIO REGINALDO FIRMINO

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA icipal da Estância

Turística de Ibiúna Recebido em,



Estado de São Paulo

317 -

PROJETO DE LEI № 051 DE 29 DE JUNHO DE 2023.



"Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, e dá outras providências".

<u>PAULO KENJI SASAKI</u>, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

<u>FAZ SABER</u> que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Ibiúna.

Art. 2º Ao Conselho, ora instituído compete:

I- Estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal;

II- Promover a integração de vários segmentos do setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte;

III- Aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – Plurianual, bem como acompanhar sua execução;

 IV- Manter intercâmbio com os conselhos similares visando o encaminhamento de reinvindicações de interesse comum;

V- Assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas aos agronegócios;

VI- Planejar, monitorar e apoiar o poder público na execução de ações vinculadas às políticas públicas agropecuárias.

Parágrafo Único- O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – Plurianual abrangerá as atividades de assistência técnica, incentivo à pesquisa, inovação, empreendedorismo e gestão de risco; modernização da infraestrutura do campo e uso da terra e dos recursos naturais; agregação de valor e competitividade aos produtos, serviços de apoio à agropecuária e ao abastecimento.

Ø.



Estado de São Paulo

- Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído de 18 (dezoito) membros (entre titulares e suplentes), sendo 1/3 representante do poder público, 1/3 representante da sociedade civil organizada e 1/3 de produtores rurais.
- I- 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria
  Municipal de Agricultura;
- II- 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente preferencialmente da Secretaria de Indústria e Comércio ou Secretaria de Agricultura;
- III- 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria de Agricultura Abastecimento do Estado de São Paulo, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) ou da Defesa Agropecuária (EDA) da Regional de Sorocaba;
- IV- 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes da Sociedade Civil Organizada relacionadas ao meio rural (Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas, Associações, entre outros);
- V- 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes de Produtores Rurais em atividade, preferencialmente das cadeias produtivas mais representativas do município, preferencialmente de bairros diversificados.
- Art. 4º- Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, serão designados por ato do (a) Prefeito (a) Municipal.
- § 1º- O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será de 2 (dois) anos, facultada a recondução.
- § 2º- As atividades dos integrantes dos membros do Conselho não serão remuneradas e serão realizadas sem prejuízo das atribuições inerentes ao cargo ou função que ocupem, sendo seu exercício considerado de relevante serviço prestado à comunidade.
- Art. 5º Dentro de 30 (trinta) dias após a composição do Conselho, os seus membros deverão tomar conhecimento sobre o Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e a forma de eleição de seu Presidente.
- **Art. 6º-** A Prefeitura Municipal fornecerá a infraestrutura administrativa necessária à atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

4.



Estado de São Paulo

Art. 7º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 29 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2023 $\uppha$ 

PAULO KENJI SASAKI Prefeito do Municipal



#### Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 - Ibiúna - SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266 www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

### CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 317 de 2023 de autoria do Chefe do Executivo foi protocolado na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 05 de julho de 2023, conforme despacho do Sr. Presidente foi lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 01 de agosto de 2023, e disponibilizado no site da Câmara.

Certifico mais, o Projeto de Lei nº. 317 de 2023 encontra-se à disposição das comissões para exararem parecer conforme despacho do Sr. Presidente.

Ibiúna, 02 de agosto de 2023.

Amauri Gabriel Vieira

Secretário do Processo Legislativo



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI №. 317 de 2023 AUTORIA:- CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR:- VEREADOR RONIE VON PIRES DE OLIVEIRA COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADES PRIVADAS.

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis no dia 05 de julho de 2023 o Projeto de Lei nº. 317 de 2023 que "Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, e dá outras providências."

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, guanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação, pois pelo artigo 1º. da proposição fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Ibiúna. Pelo artigo 2º. da proposição ao Conselho a ser instituído compete:- I -Estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal; II – Promover a integração de vários segmentos do setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte; III - Aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – Plurianual, bem como acompanhar sua execução; IV – Manter intercâmbio com os conselhos similares visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum; V Assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas aos agronegócios; e VI - Planejar, monitorar e apoiar o poder público na execução de ações vinculadas às políticas públicas agropecuárias. Pelo parágrafo único do artigo 2º. da proposição o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – Plurianual abrangerá as atividades de assistência técnica, incentivo à pesquisa, inovação, empreendedorismo e gestão de risco; modernização da infraestrutura do campo e uso da terra e dos recursos naturais: agregação de valor e competitividade aos produtos, serviços de apoio à agropecuária e ao abastecimento. Pelo artigo 3º. da proposição o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído de 18 (dezoito) membros (entre titulares e suplentes), sendo um terço representante do poder público, um terço representante da sociedade civil organizada e um terço de produtores rurais. I – um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Agricultura; II – um representante titular e um suplente preferencialmente da Secretaria de Industria e Comércio ou Secretaria da Agricultura; III - um representante titular e um suplente da Secretaria de Agricultura e



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

abastecimento do Estado de São Paulo, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) ou da Defesa Agropecuária da Regional de Sorocaba; IV - três representantes titulares e três suplentes da Sociedade Civil Organizada relacionadas ao meio rural (Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas, Associações entre outros); V - três representantes titulares e três suplentes de Produtores Rurais em atividade, preferencialmente das cadeiras produtivas mais representativas do município, preferencialmente de bairros diversificados. Pelo artigo 4º. da proposição os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão designados por ato do Prefeito Municipal. Parágrafo 1º. - o mandato dos membros será de dois anos, facultada a recondução; Parágrafo 2º. - as atividades dos integrantes dos membros do Conselho não serão remuneradas e serão realizadas sem prejuízo das atribuições inerentes ao cargo ou função que ocupem, sendo seu exercício considerado de relevante serviço prestado à comunidade. Pelo artigo 5º. da proposição dentro de trinta dias após a composição do Conselho, os seus membros deverão tomar conhecimento sobre o Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e a forma de eleição de seu Presidente. Pelo artigo 6º. da proposição a Prefeitura Municipal fornecerá a infraestrutura administrativa necessária à atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Feita as observações, nada impede a deliberação do plenário.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental da proposta, pois as despesas decorrentes da execução da lei correrão por conta da dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Segurança Pública e Atividades Privadas quanto a sua competência, exara parecer pela tramitação regimental do projeto, pois o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável será um órgão de caráter deliberativo e de assessoramento da Política de Desenvolvimento Rural do Município, estabelecendo as diretrizes e prioridade para as políticas públicas que contribuam com o aumento da produção agropecuária, geração de emprego/renda e melhoria da qualidade de vida das famílias rurais; e também as políticas públicas de desenvolvimento sustentável, com foco em políticas ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis.



"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 - 18150-000 - Ibiúna - SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266 www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Parecer Conjunto ao Projeto de Lei nº. 317 de 2023 - fls. 03

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 08 DE

AGOSTO DE 2023.

**RONIE VON PIRES DE OLIVEIRA** 

RELATOR – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

DEVANIR CAMDIDO DE ANDRIADE VICE-PRESIDENTE

OS EDUARDO GOMES

**MEMBRO** 

LUCAS VIEIRA RUIVO BORBA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

VICE - PRESIDENTE

ABEL RODRIGUES DE CAMARGO

MEMBRO

FAUSTO JOSÉ ALVES DOURADO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, SEGURANCA PÚBLICA E ATIVIDADES PRIVADAS

RONIE VON PIRES DE OLIVEIRA

**VICE - PRESIDENTE** 

CARLOS EDUARDO GOMES

**MEMBRO** 



#### Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 - Ibiúna - SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266 www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

#### CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 317 de 2023 recebeu na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 08 de agosto de 2023 o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Segurança Pública e Atividades Privadas.

Certifico mais, o Projeto de Lei nº. 317 de 2023 foi inscrito para discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 15 de agosto de 2023, conforme anunciado no final da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 08 de agosto de 2023.

Ibiúna, 10 de agosto de 2023.

Amauri Gabriel Vieira

Secretário do Processo Legislativo



Estado de São Paulo

#### **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 282/2023**

"Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, e dá outras providências".

<u>PAULO KENJI SASAKI</u> Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural e Sustentável de Ibiúna.

**Art. 2º** - Ao Conselho, ora instituído compete:

I- Estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal;

II- Promover a integração de vários segmentos do setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte;

III- Aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - Plurianual, bem como acompanhar sua execução;

IV- Manter intercâmbio com os conselhos similares visando o encaminhamento de reinvindicações de interesse comum;

V- Assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas aos agronegócios;

VI- Planejar, monitorar e apoiar o poder público na execução de ações vinculadas às políticas públicas agropecuárias.

Parágrafo Único - O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - Plurianual abrangerá as atividades de assistência técnica, incentivo à pesquisa, inovação, empreendedorismo e gestão de risco; modernização da infraestrutura do campo e uso da terra e dos recursos naturais; agregação de valor e competitividade aos produtos, serviços de apoio à agropecuária e ao abastecimento.

Art. 3° - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído de 18 (dezoito) membros (entre titulares e suplentes), sendo 1/3 representante do poder público, 1/3 representante da sociedade civil organizada e 1/3 de produtores rurais.

 I - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Agricultura;

 II - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente preferencialmente da Secretaria de Indústria e Comércio ou Secretaria de Agricultura;

III - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria de Agricultura Abastecimento do Estado de São Paulo, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) ou da Defesa Agropecuária (EDA) da Regional de Sorocaba;



#### Estado de São Paulo

IV - 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes da Sociedade Civil Organizada relacionadas ao meio rural (Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas, Associações, entre outros);

V - 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes de Produtores Rurais em atividade, preferencialmente das cadeias produtivas mais representativas do município, preferencialmente de bairros diversificados.

Art. 4º - Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, serão designados por ato do (a) Prefeito (a) Municipal.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será de 2 (dois) anos, facultada a recondução.

§ 2º - As atividades dos integrantes dos membros do Conselho não serão remuneradas e serão realizadas sem prejuízo das atribuições inerentes ao cargo ou função que ocupem, sendo seu exercício considerado de relevante serviço prestado à comunidade.

Art. 5º - Dentro de 30 (trinta) dias após a composição do Conselho, os seus membros deverão tomar conhecimento sobre o Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e a forma de eleição de seu Presidente.

Art. 6º - A Prefeitura Municipal fornecerá a infraestrutura administrativa necessária à atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2023.

ANTONIO REGINALDO FIRMINO PRESIDENTE

ARMELINO MOREIRA JÚNIOR 1º SECRETÁRIO VOLNEI GALVÃO 2º SECRETÁRIO



"Vereador Rubens Xavier de Lima" Estado de São Paulo

Ofício GPC nº. 237/2023

Ibiúna, 16 de agosto de 2023.

SENHOR PREFEITO:

CÓPIA

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 282/2023, referente Projeto de Lei nº. 051, nesta Casa tramitou como Projeto de Lei nº. 317 de 2023 que "Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, e dá outras providências.", aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 15 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

ANTONIO REGINALDO FIRMINO PRESIDENTE

AO EXMO. SR. PAULO KENJI SASAKI DD. PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA. N E S T A.

Reads em 18/03/2



Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br

e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

#### CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº 317 de 2023 foi colocado em votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 15 de agosto de 2023, sendo aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores(a). Certifico mais, devido a aprovação do Projeto de Lei nº. 317 de 2023 foi elaborado o Autógrafo de Lei nº. 282/2023, encaminhado por meio do Ofício GPC nº. 237/2023 de 16 de agosto de 2023.

Ibiúna, 18 de agosto de 2023.

Marcos Pires de Camargo Diretor Geral